

Manaus nas margens: repressão e cuidado aos usuários da *pedra* nas ruas do Centro

Bruno Tadeu Magalhães Moraes (UFAM/Amazonas)¹

Resumo

O texto analisa como pessoas em situação de rua e usuárias de psicoativos ocupam e produzem territorialidades em uma área do Centro de Manaus, em meio à repressão, intervenções urbanas e moralidades estatais. Três eventos de 2025 estruturam o cenário: a reação ao episódio da “fila da droga” na Boca da Onça; a reforma da Praça dos Remédios, com retirada de seus ocupantes – intensificada pelo festival Sou Manaus; e a inauguração do novo Centro POP, na Avenida Joaquim Nabuco. As ações do poder público resultam em vigilância permanente, deslocamentos forçados e regras informais que restringem a permanência dessas pessoas. A resposta estatal permanece fragmentada e dependente de comunidades terapêuticas, sem políticas consistentes para lidar com a complexidade do consumo e da vida nas ruas.

Palavras-chave: Drogas, Pessoas em Situação de Rua, Manaus

Introdução

Entre a Igreja de Nossa Senhora dos Remédios, a Feira da Manaus Moderna e a margem do Rio Negro, no Centro de Manaus, circulam diariamente comerciantes, passageiros, turistas, pessoas em situação de rua e usuários da *pedra* — denominação utilizada por interlocutores para se referir a derivados fumáveis da cocaína, nem sempre havendo clareza se trata-se de crack ou oxi². Nessa área, marcada por intensa circulação de pessoas e mercadorias, também se encontram diferentes formas de intervenção estatal, que envolvem ações de assistência, vigilância e repressão.

Ao longo de 2025, três acontecimentos reconfiguraram esse território: a repercussão do episódio conhecido como “fila da droga”, a reforma da Praça dos Remédios e a inauguração do novo Centro POP. Apresentadas como respostas à

¹ Trabalho apresentado na 35ª Reunião Brasileira de Antropologia (Ano: 2026)

² O oxi é uma denominação utilizada para formas fumáveis derivadas da pasta base de cocaína, frequentemente associadas ao uso de substâncias como querosene, gasolina e cal durante seu processamento. Difundido inicialmente na região Norte do Brasil, especialmente em áreas de fronteira amazônica, o termo passou a designar uma droga considerada mais barata que o crack. Entretanto, estudos químicos indicam que a categoria "oxi" reúne composições variadas e nem sempre claramente distinguíveis de outras formas fumáveis de cocaína, o que torna sua identificação imprecisa tanto para usuários quanto para agentes estatais e profissionais da saúde (Ribeiro, 2012).

presença de usuários de drogas e pessoas em situação de rua no Centro, essas iniciativas não produziram o desaparecimento desses grupos. Ao contrário, provocaram deslocamentos, rearranjos espaciais e novas formas de monitoramento. É a partir desses movimentos que este artigo busca compreender como práticas de cuidado e repressão se articulam na gestão das margens urbanas em Manaus.

Mais do que descrever espaços de consumo de drogas ou trajetórias individuais marcadas pela relação com a *pedra*, interessa compreender como esses sujeitos se tornam objeto de diferentes formas de intervenção estatal. Nessa perspectiva, essas ações observadas não se distribuem de maneira simples entre cuidado e repressão. Encaminhamentos para serviços assistenciais, oferta de acolhimento, vigilância permanente, dispersão de agrupamentos e restrições à permanência em determinados espaços aparecem frequentemente articulados, compondo formas cotidianas de gestão das margens urbanas. A atenção recai, portanto, sobre os efeitos dessas intervenções na produção de territorialidades, deslocamentos e modos de habitar a cidade.

Essa discussão dialoga com estudos que têm abordado a relação entre drogas, cidade e intervenção estatal a partir da experiência concreta dos sujeitos. Ao analisar cenários de uso e comércio de crack, Rui (2012) demonstra que corpo, substância e espaço urbano constituem dimensões inseparáveis, produzidas mutuamente em contextos marcados por precariedade, circulação e controle. Nessa perspectiva, o consumo deixa de ser compreendido apenas como comportamento individual para ser observado como prática social situada, atravessada por relações de cuidado, vigilância e gestão institucional.

A análise também se aproxima da produção antropológica sobre população em situação de rua, que desloca o olhar da falta de moradia para os modos de vida construídos na e pela rua. Trabalhos como os de Magni (1997), Frangella (2004), Schuch e Gehlen (2012) e Holanda (2019) evidenciam que esses espaços são atravessados por sociabilidades, deslocamentos, estratégias de sobrevivência e formas específicas de habitar a cidade. Mais do que condição de ausência, a rua aparece como território de relações, conflitos e negociações permanentes.

Por fim, a reflexão proposta por Das e Poole (2008) sobre as margens do Estado oferece uma chave importante para compreender o contexto analisado. Longe de representar uma exterioridade ao poder estatal, as margens constituem espaços privilegiados para observar como o Estado se materializa em práticas cotidianas,

mediado por agentes, instituições e dispositivos que regulam circulações, permanências e formas de existência.

Essas questões adquirem contornos particulares em Manaus. Localizada em uma região estratégica das rotas amazônicas da cocaína, a cidade ocupa posição relevante na circulação de substâncias ilícitas provenientes da tríplice fronteira entre Brasil, Peru e Colômbia. Nesse contexto, a presença do oxi tornou-se recorrente nos relatos de usuários, profissionais da assistência e agentes de segurança, embora sua distinção em relação ao crack nem sempre seja clara no cotidiano, produzindo classificações fluidas e imprecisas.

Além disso, as territorialidades observadas no Centro são atravessadas por características próprias da dinâmica urbana amazônica. A sazonalidade imposta pela cheia e vazante do Rio Negro altera periodicamente os espaços de circulação e permanência dos usuários, deslocando agrupamentos e revelando uma configuração específica das margens urbanas amazônicas, produzida na interseção entre rio, comércio popular, mobilidade urbana e intervenção estatal.

A partir de observação etnográfica, diálogos com interlocutores que circulam por esses espaços e acompanhamento de ações promovidas pelo poder público, busco compreender como práticas de vigilância, dispersão, assistência e acolhimento produzem formas específicas de gestão das margens urbanas. Para isso, apresento inicialmente o contexto empírico da área pesquisada e suas dinâmicas de ocupação, examinando em seguida os três eventos que marcaram o período e seus efeitos sobre os sujeitos e territórios observados.

Da igreja à margem

Numa movimentada área comercial e portuária do Centro de Manaus, aproximadamente 200 metros separam a Praça dos Remédios da margem do Rio Negro, que permite o acesso da Avenida Lourenço da Silva Braga a balsas que operam como terminais hidroviários, atendendo variados tipos de embarcações. Ali, para chegar ou partir da capital amazonense, há um fluxo intenso de passageiros, turistas, comerciantes e mercadorias. Através de canoas, quando o rio sobe, ou na superfície de areia, quando o rio seca, a área abriga pelas manhãs um tradicional mercado de peixes frescos, influenciando fortemente na dinâmica de circulação de pessoas entre o rio e terra firme.

Entre a praça e a orla está também a Feira da Manaus Moderna, que oferece um mercado variado de produtos alimentícios regionais, em especial o peixe.

A região mencionada em cenários de romances do escritor amazonense Milton Hatoum apresenta uma dinâmica comercial de contexto amazônico que atravessa séculos e abriga uma variada gama de sociabilidades em torno das circulações ali oportunizadas. Um dos perfis que ocupam esses espaços é o de pessoas em situação de rua. Para essa referência, uso a denominação utilizada por Schuch e Gehlen (2012): um “conjunto de populações diversas que circulam pelas ruas e fazem dela seu local de existência e moradia, mesmo que temporariamente, e/ou utilizam serviços diversos destinados à sua proteção e à promoção de direitos”.

A aproximação com esse universo ocorreu de forma gradual e marcada por negociações permanentes de confiança. Em contextos atravessados pela ilegalidade, pela vigilância policial e pela vulnerabilidade social, a observação etnográfica encontra limites específicos de acesso, circulação e registro, exigindo do pesquisador atenção constante às condições éticas e relacionais do campo (Alves e Pereira, 2018).

De todo modo, o espaço aqui analisado oferece um bom exemplo da diversidade do contexto. Existem grupos que ficam nos arredores da Igreja de Nossa Senhora dos Remédios, em frente a praça, à espera de doações e serviços oferecidos pela paróquia; os que circulam entre a Praça dos Remédios e a Feira da Manaus Moderna em busca de trabalhos, como favores a comerciantes, carregamento de mercadorias e na vigilância de veículos; os que transitam por áreas mais amplas na cidade, no centro ou além, em busca de alimento, doações ou estadia provisória em locais públicos diversos. Sem descartar outros perfis, tomo como exemplo estes três para situar o contexto encontrado.

Sem distinção exata e de forma transversal, pessoas que se adequam nesses perfis são facilmente encontradas em locais de consumo da *pedra*³, como é identificada a substância fumada em cigarros, cachimbos ou outros materiais improvisados, como latas de bebidas. O processo, em sua totalidade, é muito semelhante ao *crack* e ao que faz emergir as ditas *cracolândias*, embora não seja possível constatar com exatidão o que é fumado. A maioria dos usuários entrevistados refere-se à droga como *pedra*, mas também há quem reconheça como oxi, cocaína que após a oxidação foi convertida em

³ Embora frequentemente associadas no debate público, situação de rua e consumo da *pedra* não constituem fenômenos equivalentes. No contexto observado, ambas as experiências aparecem entrelaçadas em diferentes intensidades, compartilhando espaços, redes de sociabilidade e condições de precariedade, sem que uma possa ser tomada automaticamente como causa da outra.

pasta base, contendo querosene ou gasolina, portanto menos puro e mais barato que o crack (Ribeiro, 2012).

A dinâmica dos *fumódromos* varia conforme o impacto destes na percepção pública e midiática em torno das territorialidades estabelecidas. Fuma-se a *pedra* mais à vontade, sem restrição de horário, onde é possível fazê-lo de forma mais discreta. Muitas vezes esses locais se estabelecem em áreas de grande circulação, mas com baixa visibilidade, como ocorre embaixo das escadarias que dão acesso às balsas na margem do Rio Negro e na parte externa da Feira da Manaus Moderna, no lado da Rua Barão de São Domingos. Contudo, isso não quer dizer que os usuários ali presentes passam despercebidos por policiais militares e pela Guarda Municipal, que ocasionalmente costumam dispersar as aglomerações.

A área das escadarias, também conhecida pelos usuários como “beiral”, é onde costuma abrigar a maior concentração de pessoas consumindo a *pedra* e outros psicoativos. Escondidos daqueles que ficam na terra firme, são visíveis apenas pelos que circulam nas balsas e feiras improvisadas. “São os mais dodóis”, “os noiados”, dizem diferentes pessoas em situação de rua das quais consegui estabelecer diálogo. No universo do fumo de derivados da cocaína, o *beiral* é, portanto, o local dessa região onde é possível encontrar as pessoas em relação mais extremada com a droga. É também onde se encontram observadores ligados ao contexto de consumo, que emitem códigos quando viaturas policiais se aproximam.

Em pelo menos duas incursões de campo observei agentes policiais acessando as escadarias, revistando pessoas e barracas improvisadas e promovendo a dispersão dos usuários, que saíam lentamente, em fila, sem rumo definido. No parapeito da orla, onde é possível observar o movimento da Avenida Lourenço da Silva Braga e acessar as escadarias, algumas pessoas se acomodam por longo tempo. Entre elas estão os observadores que avisam quando a polícia se aproxima. Pelo caráter clandestino, discreto e sensível que se enquadra o comércio ilegal de entorpecentes, não foi possível saber com exatidão as configurações da composição do cenário.

Certo mesmo é que o *beiral* é um *fumódromo* com prazo de validade a cada ano. Isso porque as áreas onde os usuários se aglomeram ficam submersas com a cheia do Rio Negro entre meados de março até agosto. Assim, aqueles que ocupavam as escadarias percorrem outros locais onde é mais conveniente manter a rotina. Um deles era a Praça dos Remédios. Inaugurado ainda no século XIX, o local público é um dos

mais arborizados dessa área, situado logo em frente à Igreja de Nossa Senhora dos Remédios e compondo um sutil declive em direção à margem do rio. Era bastante frequentado por pessoas em situação de rua, com barracas armadas em seu centro.

Diferente dos dois primeiros locais descritos, a praça não passava despercebida por grande parte da população que circulava naquela área, com forte apelo comercial. Também por isso, passou a ser indicação fixa de *cracolândia* na cidade Manaus⁴, num movimento notavelmente protagonizado por representações de lojistas⁵ do Centro. No início do meu trabalho de campo, em maio de 2025, quando o rio estava bastante cheio, era possível notar a praça com grande quantidade de pessoas. Alguns interlocutores confirmavam que a ocupação se justificava também pelo fato do *beiral*, logo ali próximo, estar inacessível.

Nesses momentos, a região entre a igreja e a margem é segmentada em diferentes agrupamentos de pessoas em situação de rua que, por sua vez, dependendo da localização e do horário, apresentam diferentes formas de relação com o fumo da *pedra*. Tal dinâmica aproxima-se das reflexões de Perlongher (1986) sobre populações marginais urbanas cujas territorialidades se organizam menos pela fixação em um único lugar do que por percursos, deslocamentos e redes de relações estabelecidas no espaço urbano. A área analisada também pode ser compreendida como uma espécie de região moral (Park, 1973; Perlongher, 1986), espaço urbano onde diferentes práticas associadas ao prazer, à sobrevivência, à informalidade e à ilegalidade coexistem e produzem formas específicas de sociabilidade e controle.

Nos arredores da Igreja de Nossa Senhora dos Remédios ficam aqueles mais comedidos, que reconhecem uma regra informal estabelecida de não usar drogas ilícitas em horário comercial, quando há grande circulação de pessoas. Essas leis variam conforme a localidade e o horário. No percurso da pesquisa, soube que uma de minhas interlocutoras foi penalizada “pelo tráfico” com extrema violência por praticar roubos na região da praça. Duas pessoas afirmaram a versão de que ela teve as pernas quebradas e passou a andar com auxílio de cadeira de rodas.

Os que ficam na quadra da igreja também costumam reclamar dos outros grupos, aos quais acusam de motivar ações repressivas generalizadas da polícia e demais órgãos

⁴ Ver

<https://www.acritica.com/manaus/cracolandias-se-espalham-pelos-bairros-de-manaus-1.380085>, Acesso em: 27 nov. 2025.

⁵ Ver

<https://aca.org.br/consultorias/do-esplendor-ao-abandono-a-nova-cracolandia-de-manaus-exige-resposta-imediata/>. Acesso em: 27 nov. 2025.

estatais por variadas razões, entre elas o uso de drogas em público, furto de itens da praça, roubos etc. Alguns admitem fazer uso da *pedra*, mas sempre ressaltando condições de diferenciação, como o uso de cigarros – o que disfarçaria o conteúdo consumido – e discrição no ato. Dialoguei com algumas dessas pessoas enquanto elas fumavam maconha em frente à igreja. Por não haver uma percepção clara de que se tratava de uma substância ilícita, elas estavam à vontade, mesmo numa movimentada tarde de sábado.

Um segundo grupo era o de ocupantes da praça, considerados como o “meio termo” diante da relação com as drogas e com as normas próprias da região, além de carregarem a representação de um dos mais notórios *fumódromos* da cidade por ocuparem uma área central, de fácil visibilidade. O terceiro se confundia entre aqueles que ficavam na parte externa da Feira da Manaus Moderna e o *beiral*, os “noiados”, de aparência e higiene em notável estado de precariedade. É válido ressaltar que a diferença entre os agrupamentos envolve, além de constatações imediatas do exercício de observação, a perspectiva prevalecente do grupo que fica próximo à igreja, ou seja, com quem foi possível estabelecer diálogos e sustentar um nível de confiança para tal.

Essas observações, contudo, encontram ecos com relatos de comerciantes da região e integrantes da Pastoral Povo de Rua, que realiza ações voltadas a este público na Igreja de Nossa Senhora dos Remédios. E é para estes grupos mais estigmatizados, que demandam matérias jornalísticas e pressão do segmento de lojistas e feirantes por providências do poder público, que o estado direciona ações de repressão, vigilância e arquitetura hostil, remodelando espaços como ação de resposta sem entrar no mérito principal: o de que um grande número de pessoas nas ruas de Manaus encontram-se em sério problema social e de saúde, em relação com um psicoativo que pouco ou nada se sabe a respeito.

Nas conversas com gestores e funcionários de centros de reabilitação e abrigos de pessoas em situação de rua, é fácil constatar o *oxi* como substância ilícita mais utilizada entre os que pedem socorro. Por outro lado, inexistente um esforço por parte do estado em dimensionar o grau de circulação da droga. Em entrevista realizada junto ao delegado Rodrigo Torres, chefe do Departamento Estadual de Prevenção e Repressão ao Narcotráfico no Amazonas, o mesmo revelou que o psicoativo, quando apreendido, é contabilizado como cocaína, o que dificulta o controle e atuação voltada especificamente para este contexto.

Mais do que um cenário de consumo de substâncias, a região observada constitui um espaço de produção cotidiana das margens urbanas. É nesse território, atravessado por deslocamentos, classificações morais, estratégias de sobrevivência e intervenções estatais, que os acontecimentos de 2025 analisados a seguir produziram seus efeitos mais visíveis.

A fila, o festival e o Centro Pop

Três eventos ocorridos em 2025 marcaram ações significativas da prefeitura diante do contexto observado neste período. O primeiro, em janeiro, ganhou grande repercussão no noticiário e nas redes sociais com o caso que ficou conhecido como “fila da droga”. Um vídeo mostrava um homem supostamente distribuindo substâncias psicoativas ilícitas para um grupo de pessoas que formava uma extensa fila nas proximidades do Mercado Municipal Adolpho Lisboa, no Centro⁶. “Terra sem lei”, “tráfico à vista” foram expressões reproduzidas em manchetes de portais de notícias. “Um desrespeito à Secretaria de Segurança Pública do Amazonas”, exclamou um apresentador de TV ao comentar o episódio⁷.

O evento ocorreu em um fumódromo conhecido como Boca da Onça, acesso da Travessa Tab Lessa diretamente ao rio, formando um túnel por baixo da Avenida Lourenço da Silva Braga. Após a repercussão, agentes da Polícia Militar realizaram revistas, detenções e promoveram a dispersão dos ocupantes daquele espaço, que passou a contar com a presença permanente de uma viatura da Guarda Municipal.

O segundo evento teve início no dia 6 de agosto de 2025, quando o vice-prefeito de Manaus, Renato Junior, e a desembargadora Joana Meirelles visitaram a Praça dos Remédios para anunciar uma reforma. Em depoimento publicado no site da prefeitura⁸, a desembargadora, sem mencionar diretamente as pessoas que ocupavam o espaço, negou se tratar de “higienização” e afirmou que elas seriam levadas para abrigos. Ainda naquela semana, tapumes foram erguidos no entorno da praça, e seus ocupantes retirados, o que resultou em maior aglomeração pelas áreas vizinhas.

⁶ Ver em <https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2025/01/27/video-mostra-pessoas-em-fila-para-receber-drogas-distribuidas-por-trafficante-a-luz-do-dia-no-centro-de-manaus.ghtml>. Acesso em: 30 nov. 2025.

⁷ O comentário foi feito durante o Programa Balanço Geral Manaus, da TV Record. Ver em: <https://www.youtube.com/watch?v=G28HZaT2IZA>. Acesso em 30 nov. 2025.

⁸ Ver em <https://www.manaus.am.gov.br/noticia/revitalizacao/revitalizacao-da-praca-dos-remedios/>. Acesso em 30 nov. 2025.

Em conversa com um interlocutor que ocupa uma região mais afastada, ouvi que aquela movimentação também se relacionava ao evento *Sou Manaus*, festival cultural realizado anualmente em setembro em área próxima ao porto, a aproximadamente um quilômetro da Praça dos Remédios. Assim, em diferentes pontos do centro histórico, que receberia milhares de pessoas durante os três dias de programação, a prefeitura atuou para retirar pessoas em situação de rua e encaminhá-las a comunidades terapêuticas. Essa informação foi confirmada por pessoas em situação de rua, representantes de organizações religiosas e integrantes da própria prefeitura. Ou seja, tratava-se de um fato reconhecido inclusive pela desembargadora que integrou a comitiva na visita do dia 6 de agosto.

No dia 24 de outubro, aniversário da cidade, a praça foi reaberta revitalizada, com um novo jardim centralizado e árvores podadas, deixando a área central exposta ao sol. Herança da intervenção anterior, os bancos de mármore permaneceram inclinados, dificultando que alguém se deitasse ali. Assim como ocorrera na *boca da onça*, a praça passou a ter vigilância permanente: uma viatura da Guarda Municipal ocupando o espaço, por vezes acompanhada de uma unidade móvel da Polícia Municipal, um micro-ônibus.

Além das alterações físicas, uma nova regra informal foi implementada na área, desta vez pelo próprio estado: pessoas em situação de rua estavam proibidas de permanecer na praça. No dia seguinte à reinauguração, ao conversar com um senhor que frequenta os arredores, ouvi: “o cara (guarda) vê uma pessoa suja e mal vestida andando por ali, ele já sabe que é morador de rua e pede pra sair”. Enquanto dialogávamos, dois agentes da guarda observavam o movimento de fim de tarde.

Aqueles que não podiam mais permanecer na praça passaram a ocupar calçadas de comércio fechados e, principalmente, os arredores da igreja. Alguns lamentaram a restrição, mas apontaram para o terceiro evento relevante do período: a inauguração do Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP), no dia 30 de outubro, juntamente com a Casa de Passagem Padre Orlando Barbosa e o Centro de Atendimento e Desenvolvimento Social (Cads). Esses equipamentos foram instalados na Avenida Joaquim Nabuco, a uma quadra da igreja, paralela à praça.

O Centro POP integra a Política Nacional para a População em Situação de Rua, instituída em 2009. Trata-se de um serviço do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, em parceria com a prefeitura. No local,

as pessoas podem fazer refeições, cuidar da higiene pessoal, lavar roupas, guardar pertences, buscar apoio para emissão de documentos e obter informações sobre trabalho e direitos⁹. Anteriormente, o Centro POP funcionava no bairro Petrópolis. A mudança para o Centro de Manaus atende reivindicação de servidores e pessoas envolvidas com a pauta, pois a nova localização coincide com a área de maior concentração da população em situação de rua.

Nas divulgações oficiais da prefeitura sobre o problema das *cracolândias* e da presença de pessoas em situação de rua no Centro, a inauguração do novo Centro POP era apresentada como solução para a questão, mesmo diante do conhecimento de que o local funcionaria como equipamento temporário, articulado a outros serviços da assistência social. Essa foi uma persistente narrativa utilizada pelo prefeito David Almeida até a inauguração dos espaços¹⁰.

O afastamento de pessoas das ruas em determinadas áreas, a hipervigilância em espaços reformados e a condução – em muitos casos relatada como quase forçada – de usuários para comunidades terapêuticas configuram a atuação estatal para além do que o novo Centro POP poderia oferecer. Assim emergem novas regras implícitas, lidas nas margens do jogo de relações entre agentes do estado e aqueles que vivem a precariedade das ruas.

A ausência de campanhas e de trabalhos consistentes voltados a pessoas em relação extremada com o consumo de psicoativos para além de ações pontuais é notável e revela um desalinhamento persistente entre diferentes agentes públicos. As soluções apresentadas quase sempre se encerram no encaminhamento para comunidades terapêuticas ou para entidades religiosas, o que limita o enfrentamento estrutural da situação observada.

Considerações finais

A etnografia realizada no Centro de Manaus sugere que as margens urbanas não podem ser compreendidas apenas como espaços de ausência do Estado ou como territórios definidos pelo consumo de substâncias psicoativas. Ao contrário, trata-se de

⁹ Informações obtidas em <https://www.gov.br/pt-br/servicos/acessar-centro-pop-centro-de-referencia-especializado-para-popolacao-em-situacao-de-rua>.

¹⁰ Em seu instagram, o prefeito fez diversas publicações relacionando os novos equipamentos como solução para as pessoas em situação de rua. Ver uma delas em: <https://www.instagram.com/reel/DOI07QeDI-I/?igsh=MWdueW5zNXlpMXZrOQ==>. Acesso em: 30 nov. 2025.

contextos nos quais diferentes formas de presença estatal se manifestam de maneira contínua, ainda que frequentemente fragmentada, por meio de agentes da segurança pública, da assistência social, do sistema de justiça e de organizações religiosas que atuam em parceria com o poder público.

As situações observadas revelam que a administração da população em situação de rua e dos usuários da pedra não ocorre prioritariamente pela resolução das condições que produzem vulnerabilidade, mas pela regulação de sua visibilidade e permanência no espaço urbano. Nesse processo, determinadas áreas tornam-se mais ou menos toleráveis à presença desses sujeitos, enquanto intervenções físicas, dispositivos de vigilância e serviços assistenciais passam a compor um mesmo campo de gestão cotidiana.

Observadas a partir das especificidades de Manaus, essas dinâmicas também evidenciam a importância de considerar elementos frequentemente ausentes nos debates sobre drogas e população em situação de rua, como a sazonalidade imposta pelo rio, a centralidade dos circuitos portuários e comerciais e os deslocamentos constantes que atravessam a vida urbana amazônica. Mais do que reproduzir configurações encontradas em outras cidades brasileiras, as territorialidades descritas neste artigo revelam formas próprias de produção das margens, constituídas na articulação entre circulação, precariedade, moralidades públicas e ação estatal.

Ao acompanhar essas dinâmicas, o texto procurou contribuir para uma compreensão das margens não como espaços exteriores ao poder, mas como lugares privilegiados para observar os modos pelos quais ele é exercido, negociado e continuamente refeito no cotidiano.

Referências bibliográficas

ALVES, Ygor Diego Delgado; PEREIRA, Pedro Paulo Gomes. Aspectos ético-metodológicos do fazer etnográfico a partir do convívio com usuários de crack. *Cadernos de Campo* (São Paulo - 1991), São Paulo, Brasil, v. 27, n. 1, p. 376–398, 2018.

DAS, Veena; POOLE, Deborah. “El estado y sus márgenes. Etnografías comparadas”. *Cuadernos de Antropología Social*, n.27, pp.19- 52, 2008.

FOUCAULT, Michel. Aula de 17 de março de 1976. In: _____. *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*. São Paulo: Martins Fontes, pp.201-222, 2010.

FRANGELLA, Simone Miziara. *Corpos urbanos errantes: uma etnografia da corporalidade de moradores de uma rua em São Paulo*. 2004. Tese de Doutorado - Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP.

HOLANDA, Jorge Garcia de. Se virando no sistema da rua: moradores de rua, conceitos e práticas. *Civitas: revista de Ciências Sociais*, [S. l.], v. 19, n. 1, p. 28–44, 2019. DOI: 10.15448/1984-7289.2019.1.30941. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/civitas/article/view/30941>. Acesso em: 7 nov. 2025.

LABATE, Beatriz C. et al. *Drogas e cultura: novas perspectivas*. Salvador: EDUFBA, 2008.

MAGNI, Claudia Turra. Habitantes de rua: um caso de nomadismo urbano. *TRAVESSIA - revista do migrante*, [S. l.], v. 10, n. 27, p. 34–37, 1997. DOI: 10.48213/travessia.i27.594. Disponível em: <https://revistatravessia.com.br/travessia/article/view/594>. Acesso em: 9 nov. 2025.

MITCHELL, Timothy. Sociedad, economía y el efecto del estado. In: ABRAMS, P.; GUPTA, A.; MITCHELL, T. *Antropología del estado*. México: FCE, 2015.

PAIVA, Luiz Fábio Silva. As dinâmicas do monopólio da violência e do controle em um território transfronteiriço e amazônico. *Tempo da Ciência*, v. 23, n. 46, p. 60-79, 2016.

PERLONGER, Néstor. *O negócio do michê - a prostituição viril*. São Paulo, Brasiliense, 1986.

RIBEIRO, M. Desmistificando o ‘oxi’: análise química do perfil dessa ‘nova droga brasileira’ oriunda do Estado do Acre (Apresentação em PDF). São Paulo: Unidade de Pesquisa em Álcool e Drogas (UNIAD), 2012. Disponível em: https://www.uniad.org.br/wp-content/uploads/2012/05/Artigo_Desmistificando_o_oxi.pdf. Acesso em: 15 out. 2025.

RODRIGUES, Thiago. *Tráfico, Guerra, Proibição. Drogas e Cultura: novas perspectivas*. Edufba. Salvador, 2008.

RUI, Taniele. *Corpos abjetos: etnografia em cenários de uso e comércio de crack*. 2012. 335 p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP.

RUI, Taniele. *Corpos abjetos: etnografia em cenários de uso e comércio de crack*. Campinas, SP: [s. n.], 2012.

RUI, Taniele. Vigiar e cuidar: notas sobre a atuação estatal na “cracolândia”. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, [S. l.], v. 6, n. 2, p. 336–351, 2012 (b).

SCHUCH, Patrice; GEHLEN, Ivaldo. A situação de rua para além de determinismos: explorações conceituais. In: Aline Dorneles; Júlia Obst; Marta Silva (orgs.). *A rua em movimento: debates acerca da população adulta em situação de rua na cidade de Porto Alegre*. Belo Horizonte: Didática Editora do Brasil, 2012. p. 11-25.

VARGAS, Eduardo Viana. Fármacos e outros objetos sócio-técnicos: notas para uma genealogia das drogas. *Drogas e cultura: novas perspectivas*. Salvador: EDUFBA, v. 1, p. 41-63, 2008.